

Ass.

Abich

**Assembleia de Freguesia
da
União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu**

Ata n.º 9/2018

Ao **terceiro dia do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito**, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em **sessão ordinária**, na Sede da União das Freguesias de Coimbra, sita no Bairro Sousa Pinto, número trinta e sete, em conformidade com o número 1 do artigo 11º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e com a alínea b) do número 1 do artigo 14º desse mesmo diploma, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão anterior

1.2 Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos à Assembleia.

1.3 Assuntos gerais diversos de interesse autárquico e responsabilidade da Mesa.

2. Apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2019.

3. Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2019.

4. Apresentação do Orçamento Participativo da União das Freguesias de Coimbra para 2019 e respectivo regulamento.

5. Apresentação do Mercado de Natal e respectivo regulamento.

6. Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da

actividade desta, bem como da situação financeira actual.

7. Outros assuntos de interesse para a União das Freguesias.

8. Período de intervenção do público.

Estiveram presentes os Srs./as deputados/as à Assembleia de Freguesias (com as respectivas assinaturas nas folhas de presença):

- Jovino Augusto Armada Lourenço da Chão, Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Manuel Barata de Tovar Portela Vieira e Hugo Valente Abreu (PPD/PSD);

- Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1.ª Secretária da Mesa de Assembleia(CDS-PP);

- Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa, António Virgílio Mendes em substituição Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de Freitas, e Ricardo José dos Reis Barata (PS);

- Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente de Mesa da Assembleia, e Mariana Alexandra Miranda Ribeiro, 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia (Grupo de Cidadãos Eleitores “Somos Coimbra”);

- Luísa Maria Moura Rodrigues da Silva, em substituição de Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – Coligação Democrática Unitária).

Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de Lencastre Campos (Presidente da Junta), Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário), Américo Alves Petim (Tesoureiro), Manuel Fernando dos Santos Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues Abreu (2.º Vogal).

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, mencionando a existência de duas substituições a fazer: uma por parte do Partido Socialista, da deputada Carla Ribeiro do pelo deputado António Virgílio Mendes (**Anexo 1**), e outra da CDU, do deputado Gonçalo Almeida pelo 2º elemento da lista Luísa Silva (**Anexo 2**).

Seguidamente, localizando a sessão no **Período de Antes da Ordem do Dia**, deu lugar ao **Ponto 1.1 (Apreciação e votação da ata da sessão anterior)**, concedendo a palavra ao deputado do Partido Socialista Ricardo Barata.

O deputado declarou que a ata que tinha em sua posse não incluía as correcções que o Presidente da Mesa já assumira por e-mail. Perante isso, questionou se o texto da ata que tinha em sua posse iria ser o votado ou se seria aquele que contemplava as correcções.

O Presidente da Mesa respondeu que seria o que incorporava as correcções e passou à votação, dando-se a **aprovação com 9 votos a favor** (Jovino da Chão, Maria do Carmo Ferreira, Manuel Barata Tovar, Hugo Valente Abreu, Apolino Pereira, Nuno Sousa, Afonso Madeira, Mariana Ribeiro e Ana Isabel Simões), **2 abstenções** (Ricardo Barata e Luísa Silva) e **0 votos contra**.

O Presidente da UFC (e da Junta) disse que gostaria de ter acesso à ata corrigida.

Após a votação da ata, o deputado Ricardo Barata indicou à Mesa que pretendia fazer uma declaração de voto oral. Pelo referido deputado foi dito que se absteve de votar porquanto, apesar das correcções efectuadas à ata pela Mesa da Assembleia, a mesma não transcreve com rigor a extensão das gravosas declarações feitas pelo Presidente da Junta.

O Presidente da Mesa mencionou então o **Ponto 1.2 (Leitura do expediente e informações/esclarecimentos à Assembleia)**. Estando este vazio, fez logo referência ao **Ponto 1.3 (Assuntos gerais diversos de interesse autárquico e responsabilidade da Mesa)** mas, havendo pontos de cariz mais urgente a tratar, decidiu que este teria lugar juntamente com o **Ponto 7 (Outros assuntos de interesse para a União das Freguesias)**.

Entrou-se no **Ponto 2 (Apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano de 2019 – Anexos 3 e 4)** com as inscrições para usar da palavra.

António Virgílio pediu um esclarecimento à Mesa, questionando se o ponto em questão seria tratado em conjunto ou por partes, nomeadamente distinguindo Plano de Actividades e Orçamento, e logo sugeriu que o ponto fosse tratado por partes.

O Presidente da Mesa respondeu que o ponto era forçosamente votado em conjunto mas não excluiu que pudesse falar-se dos dois documentos em separado.

O deputado Ricardo Barata mostrou-se desagradado com o Plano de Actividades/ Opções do Plano. Para ele, este documento administrativo é utilizado como uma “chicana política”. Desde logo numa frase que refere “o ano em que voltámos à rua aceitando a delegação de competências quanto às limpezas”. Mais relevantemente, na parte em que se fala de “roubo” para designar um recuo do Presidente da Câmara nas verbas previstas para as delegações de competências.

Na sua qualidade de jurista, invocou que “roubo”, de acordo com o Código Penal, é “uma apropriação ilegítima da propriedade de alguém através de uma forma violenta”.

O deputado acrescentou que, de acordo com a Lei, a UFC nem tem a competência das limpezas da cidade. Quem a tem é a Câmara Municipal de Coimbra, podendo ou não delegar. Nestes termos, nunca poderia haver qualquer roubo e sim apenas uma avocação, provavelmente por entendimento de que as limpezas não seriam devidamente feitas pela UFC, consideradas incapacidades várias.

Deu nota de haver circunstâncias em que efectivamente não se percebia se a Junta se referia à UFC ou à Câmara Municipal de Coimbra, usando o termo “municípes” onde deveria ler-se “fregueses”.

A concluir, lembrou ter chamado a atenção anteriormente para o lamentável da UFC não participar na Feira Medieval.



Dada a palavra a outro representante do PS, António Virgílio Mendes, este interrogou sobre a finalidade que justifica a Junta querer adquirir um armazém. Criticou a reorganização dos espaços de atendimento ao público da UFC, que se reflecte nas condições para as funcionárias, questionou sobre o andamento do processo de requalificação do Mercado do Calhabé, perguntou que obras estão preconizadas para o Polidesportivo da Pedrulha e lembrou como seria bom este ter, desde já, uma maior utilização, sendo retirado ao que qualificou como um semi-abandono.

Em sequência, quis saber porque é que ainda estão para realizar as obras no Beco da Pedreira, entre outras, e o que justificava a execução passar da UFC para a Câmara Municipal.

Dando atenção ao projecto de adquirir uma viatura que possibilite acompanharem-se os fregueses mais vulneráveis a diversos serviços, afirmou que, para tal iniciativa, será necessária a contratação de duas pessoas, um motorista e um acompanhante. Na sua perspectiva, seria preferível protocolar os serviços em causa com entidades que já têm dado provas e estão sedeadas na área geográfica da UFC.

Foi então dada a palavra ao Presidente da UFC para responder.

Este começou por apontar que os acordos de execução com a Câmara Municipal assinados no passado dia 18 de Outubro de 2018 sofreram alterações significativas, nomeadamente com a redução de valores referentes às limpezas e 80 % da área abrangida retirada à UFC e entregue à SUMA. Além do mais, a UFC ficou prejudicada por se terem deixado de considerar as 31 freguesias do início da década e se ter passado a ter em conta apenas 18 freguesias e uniões de freguesias no território concelhio.

Após isto, informou que a Câmara Municipal de Coimbra não deu encaminhamento a nenhuma obra do ano a terminar, fosse qual fosse a freguesia ou união de freguesias.

Esclareceu igualmente que a UFC dá sempre apoio logístico à Feira Medieval ainda que esse apoio não seja publicitado nos cartazes.

No que diz respeito ao arrendamento de um armazém em Coselhas, o Presidente da UFC aclarou sobre a necessidade deste arrendamento tendo em conta que o único espaço de armazenamento existente até agora era o da Pedrulha, sobrelotado com dois palcos, barracas e nova maquinaria de limpeza. O arrendamento está já a ser feito por 600 euros ao mês, quantia que o Presidente da UFC tem a certeza de estar abaixo do preço de mercado.

Quanto ao polidesportivo da Pedrulha, o Presidente da UFC também considera ainda existir trabalho a fazer. Na sua opinião, uma cobertura permitiria um maior uso e sem haver necessidade de transformar o espaço num pavilhão.

As obras nas ruas e outras vias da cidade dependem sempre do que for decidido pela Câmara Municipal de Coimbra, continuando a aguardar-se notícias do seu Gabinete de Apoio às Freguesias.

O Presidente da Junta aproveitou esta sua intervenção para sublinhar que, de um modo geral, as obras que dependem da Câmara não têm sido feitas. É o caso no Beco da Pedreira e nas escadas da Ladeira da Santa Justa.

O Presidente considerou desresponsabilizada a Junta em todos os casos em que o assentimento final da Câmara para fazer obras não chegou a manifestar-se, bem como naqueles em que a Câmara avocou para si a realização de obras que acabaram por não avançar.

As obras na sede terão que continuar, sobretudo para se conquistar espaço e comodidade para as funcionárias e colaboradoras.

A viatura de acompanhamento é uma necessidade que a UFC tem sentido mas o Presidente não exclui haver várias formas de solucionar as carências em causa. Não obstante, o Presidente da UFC lembrou que a carrinha do projecto JUNTAr, que também se poderia pensar como ajuda, possui tão-só dois lugares.

O Presidente da Assembleia, após reconhecer ter dado às respostas do Presidente da Junta tempo extra muito significativo, passou a palavra ao deputado Nuno Sousa.

Para o deputado, a intervenção social da Junta terá que ser função das necessidades que não sejam solucionadas por outras entidades.

Noutro âmbito, estranhou a referência a protocolos com a Cruz Vermelha e bombeiros, uma vez que a celebração de tais protocolos nunca passou pela Assembleia de Freguesia.

Passando a um ponto que considerou de especial importância, o deputado Nuno Sousa foi fortemente crítico de várias referências ao Presidente da Câmara no documento em discussão, classificando-as mesmo de “política rasteira”. Acrescentou que irá votar desfavoravelmente o Plano de Actividades e Orçamento para 2019 se não for retirado do documento o parágrafo em que se imputa ao Presidente da Câmara um “roubo”.

A deputada Maria Helena Loureiro protestou também pelo uso feito da palavra “roubo” e considerou uma tal linguagem indigna de um documento oficial e público.

O Presidente da UFC defendeu-se dizendo que o que está em causa é um contrato assinado a 18 de Outubro de 2018 por ele próprio e pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, rejeitado por este último cerca de apenas uma semana depois, com uma perda no que estava previsto ser atribuído pela Câmara à UFC para limpezas. Para João Francisco Campos, trata-se de uma verdadeira “vergonha”. Afirma ser completamente fora do normal Trouxemil e Torre de Vilela ou Antanhol e Assafarge receberem mais dinheiro dos contratos de execução com a Câmara do que a UFC.

A bancada do PS contrapôs que o resultado seria completamente diferente se as contas fossem feitas pelas áreas das freguesias e uniões de freguesia. Para Nuno Sousa, a UFC até está beneficiada.

Luísa Silva, na vez da CDU, questionou o Presidente da Junta sobre a quem incumbe fazer obras no polidesportivo da Urbanização Quinta Dom João.

O Presidente respondeu que quer esse polidesportivo quer o parque infantil adjacente estão em terrenos camarários, incumbindo á Câmara Municipal de Coimbra fazer aí obras e a manutenção.

Luísa Silva contrapôs estar presente nesses terrenos uma placa a dizer “Ordem dos Advogados” e ter que se fazer alguma coisa para ser bem claro que a propriedade do terreno é da Câmara.

Transmitida a satisfação por ver algumas propostas da CDU consagradas no Plano de Atividades para 2019, a sua representante passou a debruçar-se sobre o Orçamento. Em relação a este, questionou se a verba prevista para os dois atos eleitorais de 2019 não era demasiado baixa.

Autorizado a intervir a este propósito, o Tesoureiro da Junta, Américo Alves Petim, explicou que a verba estava correcta. É preciso ter em atenção que só fica orçamentado o que a UFC tem de despesa com os funcionários que dão apoio aos atos eleitorais. O pagamento dos integrantes das mesas de voto é algo diferente e é sustentado pelo Estado.

Devolvida a palavra à representante da CDU, quis saber a que se refere exactamente uma despesa identificada como “material de transporte” e outra, de 100 euros, identificada como “indenização por cessação de funções”.

O Presidente da UFC esclareceu que a rubrica “material de transporte” foi aberta para o caso de se avançar para a já falada compra de uma carrinha que faça acompanhamentos de fregueses carenciados.

No tocante à rubrica “indenização por cessação de funções”, coube ao Tesoureiro da Junta elucidar que já se encontrava aberta uma idêntica no Orçamento de 2018, sendo algo relativamente usual nos orçamentos deste tipo.

Dada a palavra ao deputado socialista Apolino Pereira, este reforçou a ideia do cuidado que deve ter-se na elaboração e redacção de um documento com a importância do Plano de Actividades e Orçamento.

Invocando o historial do Polidesportivo da Pedrulha, recordou que o mesmo foi construído sob a responsabilidade do Presidente da Câmara Manuel Machado, num seu anterior mandato, e apenas requalificado pelo Presidente da Câmara Carlos Encarnação. Ao fazer-se a requalificação, a placa com o nome de Manuel Machado foi destruída e substituída por outra com o nome Carlos Encarnação em destaque, configurando uma situação que o deputado Apolino Pereira qualifica de reprovável e para que quis alertar.

Ainda sobre o mesmo espaço, o deputado disse que actualmente o melhor nome para lhe dar é “Centro de Treinamento de Cães”. Apolino Pereira já foi mordido por um desses cães, tendo inclusive que receber tratamento hospitalar.

Am.
Abílio

Referiu-se depois ao encerramento da Escola da Pedrulha e à solicitação que fez ao Presidente da Junta de documentos comprovativos de que este tem estado a combater pela reabertura do estabelecimento de ensino. Segundo o deputado, nada terá sido feito pelo Presidente até uma insistência tida e, posteriormente, também pouco terá sido feito. Referiu mesmo já ter sentido a necessidade de levar o assunto a três sessões da Assembleia de Freguesia.

O Presidente da Junta contestou vivamente esta acusação de inércia.

O deputado Apolino Pereira, por seu lado, sustentou que as suas afirmações estão bem documentadas. Na sequência, defendeu que a ocupação da Escola e Jardim-de-infância da Pedrulha com actividades diferentes daquelas para que foram criados pode vir a ser causa justificativa de não retomarem a actividade original.

O deputado sublinhou enfaticamente que as diligências no sentido da reabertura devem ser feitas junto de várias entidades mas não tem cabimento que uma delas seja a Câmara Municipal.

Salientou ainda a referência no documento em discussão ao levantamento de situações de carência entre habitantes da União das Freguesias e a definição de estratégias concretas no sentido de assegurar o necessário apoio social canalizando os casos para a instituição da União de Freguesias de Coimbra. Louvou, em termos de princípio, mas questionou de que instituições se trata.

O Presidente do Executivo respondeu tratar-se da Comissão Social de Freguesias.

O deputado Apolino Pereira considerou-se esclarecido sobre esta matéria.


O deputado Apolino Pereira, na sua intervenção, apontou também que o “Passeio + 60”, tantas vezes falado, ainda está por concretizar.

Relativamente ao apoio a festas, apresentou uma objecção, dado que as festas da Rainha Santa à Conchada e São Simão já não se realizam há alguns anos.

Para terminar, o deputado solicitou ao Presidente da Junta informação sobre o procedimento de avaliação de todos os funcionários feito relativamente a 2018 e a ter sequência.

O Presidente da Assembleia de Freguesia concedeu a palavra ao Presidente da Junta para esclarecimentos e este reconheceu que, no tocante ao período de 2017/2018, só uma funcionária teria avaliação.

O deputado Apolino Pereira quis então saber qual foi o processo e o resultado da avaliação, e se passaria a existir este tipo de procedimento todos os anos e em relação a todos os trabalhadores.



O 1.º Vogal da Junta Manuel Lobão, devidamente autorizado, respondeu que a avaliação estaria no processo da funcionária em causa.

Dada novamente a palavra ao Presidente do Executivo, este sublinhou que não depende da Junta realizar as festas mencionadas e o que está em causa é que estas serão apoiadas desde que se realizem. Relativamente à Escola da Pedrulha, venceu que já se encontrava fechada quando tomou posse e é a Câmara Municipal, entre outras entidades, que pode reabri-la.

Esclareceu a Assembleia de que teve várias reuniões com o vereador Jorge Alves a este respeito e afirmou ter-lhe sido dito que houve inscrições abertas em 2018, sendo aí o problema não ter havido uma única inscrição. Acrescentou ir pedir por escrito esclarecimentos adicionais.

Concedida a palavra à Primeira Secretária da Mesa, Ana Isabel Simões, esta afirmou que a população da Pedrulha não tinha tido conhecimento da abertura das inscrições.

Por sua vez, o deputado Manuel Tovar fez algumas observações a respeito da acção da Junta, identificando quatro eixos fundamentais: dinamização cultural, descentralização, novas ferramentas de comunicação e Acção Social. Lamentou a actuação da Câmara, bloqueadora de importantes obras e duvidosa quanto ao protocolo de limpezas, com um recuo que contrariou um documento assinado.

António Virgílio Mendes pediu a compreensão da Mesa para que voltasse a intervir e questionou que máquinas a Junta adquiriu, uma vez que o Presidente da UFC havia dito que o acordo previamente assinado entre ele e o Presidente da Câmara já dera origem a um prejuízo com a compra de maquinaria.

O Presidente da Junta respondeu que o que estava em causa eram os chamados “trombinhas”, máquinas de limpeza muito conhecidas.

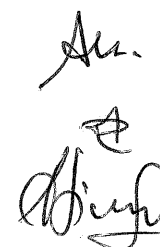
Ao que António Virgílio Mendes considerou não ser em oito dias de assinatura de um protocolo que se procede a uma aquisição dessas.

Dada a palavra ao deputado Ricardo Barata, disse que, dado o Presidente da Câmara atuar como representante de um órgão, ao mencionar um roubo, estava a chamar ladrões a todos os vereadores.

O Presidente da Assembleia passou à votação do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. O resultado foi a **aprovação com 7 votos a favor** (Jovino da Chão, Maria do Carmo Ferreira, Manuel Barata Tovar, Hugo Valente Abreu, Afonso Madeira, Mariana Ribeiro e Ana Isabel Simões), **5 votos contra** (Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo Barata, António Virgílio Mendes e Luísa Silva) e **0 abstenções**.

Em nome do Partido Socialista, o deputado Nuno Sousa apresentou uma declaração de voto (**Anexo 5**).

A deputada Luísa Silva também apresentou uma declaração de voto sustentada nas suas declarações (Anexo 6).



O Presidente do Executivo aproveitou este momento entre os pontos 2 e 3 para comunicar que a deputada Maria Helena Loureiro o tinha contactado no sentido de esclarecer que não havia comparecido por se ter confundido a respeito da data da reunião. A deputada tentara inicialmente contactar o Presidente da Assembleia mas sem sucesso.

Dito isto, o Presidente da Assembleia deu início ao **Ponto 3 (Apreciação, discussão e votação do Mapa de Pessoal de 2019 – Anexo 7)**.

Luísa Silva manifestou estranheza pelo recrutamento de alguém para assistente técnico e inquiriu se não seria preferível regularizar a situação de assistentes técnicos com vínculos precários. Quis esclarecimentos sobre a menção a um contrato por tempo determinado que também lhe pareceu difícil de enquadrar.

O Presidente da Junta declarou que dentro das contratações previstas deveria estar alguém para dar algum tipo de continuidade às actividades iniciadas com o Projecto JUNTAr mas, ainda havendo coisas a conferir, começaria por ter um vínculo por tempo determinado. A precariedade dos recibos verdes é quase sempre indesejável mas o passar de colaboradores para o quadro tem que se analisar muito bem.


Por sua vez, o deputado Nuno Sousa mostrou-se algo incomodado com a “duplicação” dos funcionários e colaboradores da UFC desde a tomada de posse desta Junta.

Fazendo uma análise das contratações previstas uma a uma, Nuno Sousa começou por concordar com a contratação de um assistente social, também sugerida em seu tempo pelo PS. Questionou depois se faz sentido um elemento que se classifica como “chefe” ou “capataz” para apenas dois cantoneiros. Seguidamente, partilhou reservas em relação aos CEI, visto serem temporários e casos de precariedade flagrante.

Parece-lhe que o lugar de coordenador da agenda do Executivo deveria ser considerado um cargo de confiança política e a pessoa cessar a sua actividade assim que este Executivo cessar ele próprio funções.

A concluir referiu estarem criados perfis de lugares para pessoas previamente identificadas e insurgiu-se com a contratação pelo Presidente da Junta de uma familiar. Não havendo justificações que o PS considere credíveis por parte do Presidente da Junta, este partido votará contra o Ponto 3 da Ordem de Trabalhos.

O Presidente da Assembleia apresentou algumas dúvidas suas a propósito do enquadramento do lugar de coordenação do Mercado do Calhabé, nomeadamente querendo saber se se tratará de funções a tempo inteiro e num regime de exclusividade. Posto isso, passou a palavra ao Presidente da UFC, para uma resposta conjunta.



Na resposta foi esclarecido que a actividade no Mercado do Calhabé, no imediato, é para ser acumulada com as funções no Projeto JUNTAR e exercida por Teresa Arsénio. Se o projecto JUNTAR não tiver continuidade, será reequacionada a necessidade de uma pessoa para o Mercado do Calhabé.

Todas as outras situações passarão por concurso público. As próprias funções que actualmente se entregam a Teresa Arsénio, se se justificar continuar a serem desempenhadas deverão ir a concurso público.

O Presidente da UFC negou ter contratado uma familiar e disse que a pessoa em causa foi contratada, isso sim, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. De resto, tal contratação não tem a ver com o que está agora em debate.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da UFC explicou que, tendo em conta todos os CEI e CEI+ com que trabalha neste momento a UFC, se entendeu haver um número de pessoas que justifica a necessidade de contratar um encarregado.

Por sua vez, o representante do PS António Virgílio Mendes questionou a formação de Teresa Arsénio para exercer as funções previstas para o Mercado do Calhabé.

O Presidente da Assembleia respondeu, reconhecendo em Teresa Arsénio uma vasta experiência na organização de eventos e assinalando a sua licenciatura na área das Ciências Empresariais, tendo ainda a vantagem de residir próximo do Mercado do Calhabé. Para ele, a contratação é justa e adequada.

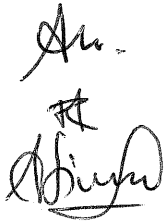
António Virgílio Mendes contrapôs que além da escolha de uma pessoa terá que estar um projecto para o desenvolvimento do Mercado Calhabé.

O Presidente da Junta disse concordar plenamente com a afirmação.

O deputado Ricardo Barata questionou qual será o peso específico da avaliação curricular nos casos em que se inclui experiência de trabalho prévia na UFC. Ao que o Presidente da Junta respondeu que o objectivo é que todos os concorrentes aos lugares “partam em pé de igualdade”, pelo que a experiência de trabalho anterior na UFC terá um peso muito relativo. O rigor na escolha será o mesmo da Câmara Municipal de Coimbra.

O Presidente da Assembleia passou à votação do Mapa de Pessoal, obtendo-se aprovação com **8 votos a favor** (Jovino da Chão, Maria do Carmo Ferreira, Manuel Barata Tovar, Hugo Valente Abreu, Afonso Madeira, Mariana Ribeiro, Ana Isabel Simões e Luísa Silva), **4 votos contra** (Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo Barata e António Virgílio Mendes) e **0 abstenções**. O deputado Nuno Sousa entregou uma declaração de voto ao Presidente da Mesa da Assembleia (**Anexo 8**).

O Presidente da Assembleia deu início ao **Ponto 4 (Apresentação do Orçamento Participativo da União das Freguesias de Coimbra para 2019 e respectivo regulamento – Anexo 9)** e passou a palavra ao Presidente da Junta.



O Presidente da Junta salientou que houve algumas correcções que foram sugeridas relativamente ao regulamento do ano anterior. A verba de 2019 deverá ser superior à de 2018 em 50%, estando fixada em 7500 euros. A outra alteração significativa diz respeito às datas.

A Primeira Secretária da Mesa, Ana Isabel Simões, questionou sobre como iria ser feita a votação *online* e se haveria dias específicos para o efeito, como parecia sugerir o regulamento a votar.

O Presidente da UFC respondeu que só haverá votação *online* se a Câmara Municipal ceder a sua plataforma. A votação nas delegações estará sempre condicionada pelos seus dias e horários de funcionamento.

O deputado Nuno Sousa felicitou o Executivo pelo reforço da verba.

O Presidente da Assembleia passou então à votação, a qual se saldou numa **aprovação por unanimidade**.

O Presidente da Assembleia passou de imediato ao **Ponto 5 (Apresentação do Mercado de Natal e respectivo regulamento – Anexo 10)**.

O Presidente da UFC assinalou que o regulamento do Mercado de Natal foi elaborado em parceria com a Junta de Freguesia dos Olivais.

Já o deputado Ricardo Barata questionou sobre o espaço para a colocação de carrosséis, o qual, por lei, deverá ter mais de 9 metros quadrados. Quis igualmente saber como serão repartidas as receitas obtidas.

O Presidente do Executivo assegurou estarem a ser cumpridas todas as normas relativas aos carrosséis e informou que o acordo entre as Juntas da UFC e Santo António dos Olivais previa que os eventuais lucros deste ano seriam para a UFC e os do ano seguinte para Santo António dos Olivais.

O deputado Ricardo Barata recordou que todos os protocolos deveriam vir à Assembleia de Freguesia.

Dada a palavra ao deputado Hugo Valente, apresentou algumas dúvidas sobre os valores apresentados, parecendo-lhe que poderiam ser insuficientes.

A deputada Luísa Silva opinou que a vinda destes regulamentos à Assembleia é um mero pró-forma, uma vez que já se está a verificar a execução.



Seguidamente, perguntou ao Presidente da Junta quem atesta a segurança dos carrosséis.

O Presidente respondeu que não compete à UFC essa tarefa.

Para Luísa Silva, a responsabilidade é de quem organiza.

Ao que o Presidente do Executivo respondeu ter sido criado um seguro propositadamente para este evento.

Luísa Silva concluiu a sua intervenção neste ponto congratulando a Junta pela iniciativa.

O deputado socialista Apolino Pereira mostrou também a sua satisfação pela iniciativa do Presidente da Junta. No entanto, considerou que devia designar-se o documento a ir agora a votos “Regulamento do Mercado de Natal para 2018” e não simplesmente “Regulamento do Mercado de Natal”.

Na votação, o documento foi **aprovado por unanimidade**.

O deputado Nuno Sousa fez uma breve declaração para esclarecer que tinha dúvidas em relação a este documento dever ser votado pela Assembleia de Freguesia mas que, na dúvida, preferira votar.

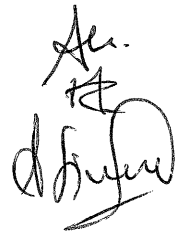
O Presidente da Assembleia deu início ao **Ponto 6 (Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da actividade desta bem como da situação financeira actual – Anexos 11 e 12)** e o primeiro a intervir foi o representante socialista António Virgílio Mendes.

António Virgílio Mendes quis conhecer o conteúdo da reunião entre o Presidente da Junta e o historiador João Pinho, pedindo ainda esclarecimentos sobre a possível parceria com a ProfiTecla, o hastear da bandeira verde na Escola de Santa Cruz e a visita a Barcouço.

O Presidente da Junta indicou que o referido hastear de uma bandeira verde se relaciona com um projecto ecológico em que Escola de Santa Cruz foi distinguida. A ProfiTecla é já um dos parceiros da UFC no projecto JUNAr e estão a analisar-se outras colaborações. O historiador João Pinho está a pensar escrever um livro com uma perspectiva diferente sobre áreas da UFC e quis aquilatar das possibilidades de ser auxiliado financeiramente pela Junta.

Luísa Silva destacou então a importância deste historiador na historicidade da cidade de Coimbra.

Em seguida, deu os parabéns à Junta pela criação de uma loja social.



Por seu lado, o deputado Ricardo Barata elogiou o Executivo pela tentativa de dar ânimo ao Mercado do Calhabé, nomeadamente através do Mercado de Trocas e do “Winter Market”. Lembrou que, caso estas iniciativas continuem, têm que ser objecto protocolos e esses protocolos devem ir à Assembleia.

Entrou-se então no **Ponto 7 (Outros assuntos de interesse param a União das Freguesias)** com a eleição do coordenador da Comissão de Assembleia de Freguesia de Diagnóstico e Acção Social.

A Assembleia **aprovou com 11 votos a favor e 1 abstenção** (Mariana Ribeiro) a eleição para o cargo da Segunda Secretária da Mesa Mariana Alexandra Miranda Ribeiro, nome proposto pela própria Comissão.

Perante um requerimento do Executivo (**Anexo 13**), votou-se a aprovação de uma minuta de todas as decisões tomadas durante a sessão que implicaram votações. A **aprovação foi por unanimidade**.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa interrompeu o Ponto 7 para dar a palavra ao público, evitando que quem deste se quisesse pronunciar pudesse ter-se deslocado em vão.

Falou o Sr. Fernando Dias, referindo-se à total falta de caixotes do lixo na Rua Vale Forno junto ao campo do Clube Desportivo Pedrulhense.

O interveniente criticou de seguida a recolha de informação fotográfica feita pelo historiador João Pinho, dizendo que tem e pode disponibilizar um espólio fotográfico muito rico.

Finalmente, sugeriu que se criasse o “Dia da Freguesia”, com várias iniciativas e onde se distinguissem atletas, professores, alunos e até políticos destacados.

O Presidente da Assembleia concordou com a sugestão de se passar a celebrar um dia da UFC mais ou menos nos termos propostos. Porém chamou a atenção para que os dias das freguesias costumam ser os dos seus oragos ou patronos e numa União de Freguesias a opção pelo padroeiro de uma delas tende a ser problemática, não obstante ter já ficado definido que o padroeiro da UFC é o padroeiro da ex-freguesia da Sé Nova: S. Tomás de Vilanova.

Retomado o Ponto 7, a deputada Maria do Carmo Ferreira criticou manterem os parquímetros em funcionamento ao fim de semana, sendo mais uma coisa a prejudicar o comércio local.

O Presidente da Junta respondeu que os parquímetros estão sempre ligados mas existe sinalização indicativa dos horários em que é obrigatório colocar neles dinheiro. Aos Domingos e Feriados não se paga.

O Presidente quis ainda responder aos pontos apresentados pelo Sr. Fernando Dias. A falta de caixotes do lixo na rua Vale Forno está sinalizada e será solucionada em breve. Já foram pedidos orçamentos de caixotes e analisada a possibilidade do uso de carrinhos para o seu transporte.

Quanto à sugestão do “Dia da Freguesia”, o Presidente da Junta disse ser favorável, mas julga ser necessário um grande volume de regulamentação para as premiações pensadas poderem ir por diante.

O deputado Jovino da Chão interveio para recordar os 38 anos do falecimento de duas figuras de grande relevo a nível nacional: Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo Presidente e Secretárias da Mesa.

Apms Miguel de Fcois Lucas Madia

Manana Alexandra Miranda Ribeiro

Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões